

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

O GLOBO - RJ - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL STF precisa rever decisão que criou tributos retroativos (Editorial)	3
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL BC prepara novo modelo para fiscalizar cadeia do ouro	4
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL A importância e as dificuldades da reforma tributária - PALAVRA DO GESTOR	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Tribunais analisam PIS/Cofins de receitas financeiras	8
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO Classe média lidera perda de renda na pandemia e impulsiona desigualdade	10
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO Servidor sem reajuste há mais tempo pode ter aumento antes	13
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Governo quer aprovar reforma tributária até o fim deste ano	14
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Saga tributária (Editorial)	16
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Correção da tabela do IR já está com Lula, afirma Haddad	17
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO REFORMA TRIBUTÁRIA O mundo real é maior do que a Selic (Artigo)	19
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Tebet: reforma tributária é "bala de prata" para reduzir custos	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA BC é autônomo, mas não infalível - PEDRO CAFARDO	23
FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA Lira promete a ex-ministro de Temer relatoria de nova âncora fiscal na Câmara	25
O GLOBO - ON LINE - RJ RECEITA FEDERAL DO BRASIL União Brasil cobra mais cargos enquanto avança com federação e trava planos do governo por base sólida	27

Terça-Feira, 14 de Fevereiro de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

AGU pede condenação definitiva de golpistas29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Revisão da meta de inflação é a bola da vez 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção do IR vai aumentar35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economista diz ser erro achar que inflação alta gera crescimento maior 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Haddad endossa Lula e diz que juros no Brasil estão "fora de propósito" 38

STF precisa rever decisão que criou tributos retroativos (Editorial)

O Supremo Tribunal Federal (STF) precisa rever uma decisão tomada na semana passada sobre a cobrança de **tributos** de empresas. Ela contribuirá para aumentar a insegurança jurídica, com consequências econômicas negativas difíceis de estimar. O tema em pauta na Corte era a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas a decisão tem alcance sobre vários outros **impostos**.

Na questão do mérito, o STF não surpreendeu e acertou. Um contribuinte pode entender que a cobrança de um tributo não está certa e entrar com ação pedindo autorização para deixar de pagá-lo. Ao ganhar a causa, passa a ter uma vantagem em relação aos competidores que não entraram com a mesma ação ou sofreram decisão contrária.

Do ponto de vista concorrencial, tal situação é inaceitável. Portanto era esperado que, em nome da isonomia, a Corte decidisse pelo cancelamento de decisões judiciais. Se o STF decidir a favor da cobrança de um imposto, os contribuintes que porventura foram beneficiados perderão esse direito.

O ponto que causou perplexidade foi outro. No mesmo julgamento, os ministros permitiram que o Fisco cobre a CSLL que não foi paga (ainda há dúvidas sobre a aplicação de multa e correção). Empresas que tinham parado de recolher o tributo amparadas por decisões judiciais terão de pagá-lo retroativamente. O certo seria que houvesse "modulação de efeitos", ou, na prática, que a cobrança passasse a valer a partir da decisão da semana passada.

Numa votação apertada (seis a cinco), os ministros optaram por não aplicar a modulação. É justamente isso que precisa ser revisto. Se o Supremo não corrigir o erro, estará criada insegurança jurídica para todas as empresas que tiverem parado de pagar algum imposto depois de decisão judicial. Impossível prever quando o Fisco poderá recorrer ao STF. Antes, a **Receita Federal** pleiteava a reversão de decisões por meio de um instrumento chamado ação rescisória, que tem prazo de dois anos para ser usado. Passado esse período, as empresas respiravam com mais tranquilidade. A opção do Fisco por recorrer ao Supremo muda a prática.

Com o julgamento da semana passada, permissões para interromper pagamentos se transformaram em

potenciais bombas futuras, algo que só piora diante da lentidão do Judiciário no julgamento de matéria tributária.

O caso da CSLL chegou a Brasília em 2016. Se os ministros tivessem dado ao tema a urgência que ele exigia, o problema seria menor.

O GPA, dono da rede de supermercados Pão de Açúcar, informou na semana passada que o impacto da CSLL nos seus resultados será da ordem de R\$ 290 milhões. A conta da mineradora Samarco pode chegar a R\$ 6 bilhões. A da Vale, R\$ 1 bilhão.

Desde a semana passada, empresas de diferentes setores examinam sua contabilidade para estimar o tamanho do buraco deixado pela CSLL e risco sobre outros **tributos**.

O sistema tributário brasileiro é caótico, incentiva a judicialização e carece de uma reforma. Mas o STF tem o dever de não piorar o que já está ruim. Sem tempo a perder, a Corte deveria rever a decisão da semana passada. Como afirmou o ministro Luiz Fux, a Corte precisa ter em mente as "consequências jurídicas" das decisões e o "abalo" que provocam ao risco Brasil.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

BC prepara novo modelo para fiscalizar cadeia do ouro

Luísa Martins De Brasília

Em meio a operações de retirada de garimpeiros ilegais das terras Yanomami, o Banco Central (BC) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que estuda um novo modelo de fiscalização da cadeia do ouro que permita a rastreabilidade completa do minério - desde a sua extração até o momento em que efetivamente se torna um ativo financeiro.

Em manifestação enviada à corte na sexta-feira, a autarquia afirma que o sistema, debatido com outros órgãos e instituições públicas, deve incluir "a adoção de notas fiscais eletrônicas para as primeiras aquisições de ouro, que possibilitariam a supervisão dessa atividade".

As discussões ocorrem no âmbito de um grupo de trabalho, com participação do Ministério Público Federal (MPF), "para encontrar soluções tecnológicas que permitam tornar as transações com o ouro recém-extraído mais transparentes e auditáveis".

O documento foi encaminhado ao ministro do Supremo Gilmar Mendes. O decano da corte é relator de ações ajuizadas pelo PV e pelo PSB contra a lei que permite às Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DVTMs) comprarem ouro com base no princípio da boa-fé.

Segundo os partidos, a norma, ao se fiar exclusivamente nas informações prestadas pelos vendedores, sem necessidade de comprovações adicionais, abre margem para que eventuais irregularidades na origem do ouro sejam ignoradas.

A lei não obriga as DVTMs, por exemplo, a verificarem se o metal foi extraído de áreas ilegais, como terras indígenas e unidades de conservação, nem se, ao longo do processo, houve violação a direitos humanos ou contaminação dos rios por mercúrio.

Com isso, conforme observa o PV na sua petição, "a norma permite que todo o ouro ilegal oriundo da Amazônia seja escoado com aparência de licitude".

Antes de decidir sobre o pedido de liminar, Gilmar Mendes - mencionando "a importância do tema em debate" - decidiu pedir informações ao Banco Central e à Agência Nacional de Mineração (ANM) a respeito

das alegações. A agência reguladora ainda não respondeu.

Já o Banco Central disse que só tem atribuição de supervisionar o ouro a partir do momento em que o metal é adquirido por instituição financeira.

Antes disso, a fiscalização dos procedimentos ficaria a cargo da ANM, órgão responsável por autorizar e regulamentar a extração de minérios, e da **Receita Federal**, que analisa o aspecto tributário.

Em relação à lei questionada pelos partidos, o órgão defendeu que o objetivo é "assegurar melhores condições de controle aos órgãos de fiscalização", já que a norma tornou a primeira aquisição do ouro uma exclusividade das instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central.

"Essas entidades, por sofrerem o controle da autoridade pública, estariam em melhores condições para cumprir as obrigações de coleta e registro de informações dos vendedores e da origem do ouro, o que facilitaria o controle sobre esse mercado." Na sexta-feira a Polícia Federal deflagrou a primeira fase de uma operação para expulsar garimpeiros das terras Yanomami. A presença dos invasores se tornou foco de conflitos e disseminação de doenças, agravadas por um quadro de desassistência em saúde.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187460?page=1§ion=1>

BC prepara novo modelo para fiscalizar cadeia do ouro

Lúisa Martins
De Brasília

Em meio a operações de retirada de garimpeiros ilegais das terras Yanomami, o Banco Central (BC) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que estuda um novo modelo de fiscalização da cadeia do ouro que permita a rastreabilidade completa do minério — desde a sua extração até o momento em que efetivamente se torna um ativo financeiro.

Em manifestação enviada à corte na sexta-feira, a autarquia afirma que o sistema, debatido com outros órgãos e instituições

públicas, deve incluir “a adoção de notas fiscais eletrônicas para as primeiras aquisições de ouro, que possibilitariam a supervisão dessa atividade”.

As discussões ocorrem no âmbito de um grupo de trabalho, com participação do Ministério Público Federal (MPF), “para encontrar soluções tecnológicas que permitam tornar as transações com o ouro recém-extraído mais transparentes e auditáveis”.

O documento foi encaminhado ao ministro do Supremo Gilmar Mendes. O decano da corte é relator de ações ajuizadas pelo PV e pelo PSB contra a lei que per-

mite às Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DVTMs) comprarem ouro com base no princípio da boa-fé.

Segundo os partidos, a norma, ao se fiar exclusivamente nas informações prestadas pelos vendedores, sem necessidade de comprovações adicionais, abre margem para que eventuais irregularidades na origem do ouro sejam ignoradas.

A lei não obriga as DVTMs, por exemplo, a verificarem se o metal foi extraído de áreas ilegais, como terras indígenas e unidades de conservação, nem se, ao longo do processo, houve violação a di-

reitos humanos ou contaminação dos rios por mercúrio.

Com isso, conforme observa o PV na sua petição, “a norma permite que todo o ouro ilegal oriundo da Amazônia seja escoado com aparência de licitude”.

Antes de decidir sobre o pedido de liminar, Gilmar Mendes — mencionando “a importância do tema em debate” — decidiu pedir informações ao Banco Central e à Agência Nacional de Mineração (ANM) a respeito das alegações. A agência reguladora ainda não respondeu.

Já o Banco Central disse que só tem atribuição de supervisionar

o ouro a partir do momento em que o metal é adquirido por instituição financeira.

Antes disso, a fiscalização dos procedimentos ficaria a cargo da ANM, órgão responsável por autorizar e regulamentar a extração de minérios, e da Receita Federal, que analisa o aspecto tributário.

Em relação à lei questionada pelos partidos, o órgão defendeu que o objetivo é “assegurar melhores condições de controle aos órgãos de fiscalização”, já que a norma tornou a primeira aquisição do ouro uma exclusividade das instituições finance-

ras devidamente autorizadas pelo Banco Central.

“Essas entidades, por sofrerem o controle da autoridade pública, estariam em melhores condições para cumprir as obrigações de coleta e registro de informações dos vendedores e da origem do ouro, o que facilitaria o controle sobre esse mercado.”

Na sexta-feira a Polícia Federal deflagrou a primeira fase de uma operação para expulsar garimpeiros das terras Yanomami. A presença dos invasores se tornou foco de conflitos e disseminação de doenças, agravadas por um quadro de desassistência em saúde.

A importância e as dificuldades da reforma tributária - PALAVRA DO GESTOR

Evandro Buccini é sócio e diretor de gestão de crédito e multimercado da Rio Bravo. Luca Mercadante é economista da Rio Bravo E-mail luca.mercadante@riobravo.com.br

O novo governo indica como uma das prioridades da sua política econômica a aprovação de uma **reforma tributária**. Há anos tentada, essa é uma das medidas com maior impacto potencial na produtividade das empresas.

Entretanto, sua aprovação é difícil, pois gera conflitos entre entes federativos e entre setores da economia.

O problema é enorme e pode ser visto de várias formas: mais de R\$ 5 trilhões em discussões na Justiça, a posição 184 no ranking de facilidade de pagar **impostos** com 190 países do Banco Mundial. A tentativa mais recente de tramitação foi no mandato anterior, mas sem sucesso. Como em qualquer assunto complexo, os detalhes são fundamentais e há diversos caminhos possíveis, mas devem ter como objetivo principal diminuir a complexidade e o estoque de contencioso.

O Banco Mundial publicava um ranking de ambiente de negócios muito utilizado pelos governos para melhorar regras e burocracias para aumentar a produtividade das empresas. Em 2021, o Brasil ficou na 124ª posição entre 190 países. Um dos componentes avaliados é tributário e, nesse quesito, o país fica no 184º lugar. Entre os subcomponentes dessa nota, o pior para o país é o tempo que as empresas levam para preparar, protocolar, pagar ou provisionar o tributo. Em São Paulo, gasta-se em média 1.501 horas por ano com o assunto. A média da América Latina é 317 horas, e a da OCDE, de 158 horas. Não é uma discussão de alíquota, mas da complexidade em saber quanto pagar, para quem pagar e no reconhecimento de créditos.

Depois de gastar todas essas horas para encher os cofres públicos, o brasileiro ainda tem que enfrentar outro pesadelo.

A **Receita Federal** é campeã mundial em contencioso tributário. Há 75% do **PIB**, R\$ 5,4 trilhões, sendo discutido nas esferas administrativas e judiciais no Brasil, de acordo com estudo conduzido pelo núcleo de tributação do Insper. Desse total, 49% se encontra

na esfera judicial federal e 21%, ou R\$ 1,1 trilhão, em esfera administrativa federal.

A média da América Latina é de 0,19% do **PIB**, e da OCDE, 0,28% do **PIB** em contencioso na esfera administrativa.

A reforma deve ser dividida em duas etapas. A primeira, que aprofundaremos mais, será a de **impostos** indiretos (estaduais, como o ICMS, e federais, como o IPI). A segunda deve ser sobre o imposto de renda.

O debate deve voltar a propostas anteriores, que já apresentavam soluções adequadas para o caos do sistema brasileiro. Já existem duas emendas à Constituição protocoladas para discutir o tema: a PEC 45, na Câmara, e a 110, no Senado.

Ambas as propostas apresentam como solução a mudança dos **impostos** indiretos atuais por um ou dois **impostos** sobre o valor agregado, modelo usado na maioria dos países desenvolvidos e que é apontado como o que gera menos distorção dos incentivos econômicos. Em comum, as propostas também trazem a criação de um imposto seletivo, sobre alguns bens e serviços específicos, para corrigir falhas de mercado, desincentivando seu consumo.

Agora, enquanto a PEC 45 cria apenas um imposto federal único agregando os **impostos** até então cobrados, a PEC 110 conta com dois **impostos**, um estadual, que agrega os atuais **impostos** estaduais e um federal, que segue a mesma regra. Outra diferença, e talvez a mais importante, é que a proposta do Senado permite subsídios para setores da economia, enquanto a da Câmara é categórica em vedá-los.

Uma ampla reforma dos **impostos** indiretos causará dois conflitos principais: entre entes da Federação e entre setores da economia. No primeiro caso, os Estados perderiam parte da sua autonomia na tributação. Na forma como o sistema é hoje, os Estados podem dar subsídios e decidir alíquotas individuais para cada um dos bens e serviços, de acordo com suas prioridades e vontades políticas. Além disso, a discussão sobre cobrança na origem e destino causa perdas para alguns Estados que poderiam atrapalhar a votação.

Na discussão setorial, as empresas atendidas por regimes especiais e benefícios específicos pressionarão por evitar as mudanças, e esse lobby é poderoso. Mas ainda pior é a disputa entre o setor de serviços, atualmente com carga tributária menor, e a indústria, que paga mais **impostos**.

Por último, há, ainda, uma aparente contradição do governo. Apesar de o novo ministro da Fazenda ter dito que o assunto é prioritário, uma das primeiras ações aumentam a complexidade e o volume de discussão judicial de **tributos**. A medida provisória 1.160 adotou o voto de qualidade no **Carf**. A volta do mecanismo, que favorece a Fazenda em caso de empates no julgamento, faz parte de um conjunto de medidas para aumentar a receita, e as decisões do órgão após a medida confirmam a insistência da Receita em teses que não devem prosperar no Judiciário.

Veremos o que o Congresso fará.

Das tantas jabuticabas azedas tupiniquins, a tributária parece ter os piores efeitos na vida das empresas e cuja solução é das mais complicadas.

Aparentemente haverá mais uma tentativa este ano de alterar o código tributário e, apesar dos discursos do Executivo, nada mudou em relação ao passado. A aprovação continua sendo muito improvável.

Evandro Buccini é sócio e diretor de gestão de crédito e multimercado da Rio Bravo

Luca Mercadante é economista da Rio Bravo E-mail luca.mercadante@riobravo.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187460>

Tribunais analisam PIS/Cofins de receitas financeiras



Advogado Vinicius Krupp: Maioria das decisões do TRF-4 nega pedido de liminar

Adriana Aguiar De São Paulo

Os Tribunais Regionais Federais (TRFs) já começaram a analisar os pedidos de liminares de contribuintes para recolher o PIS e a Cofins sobre receitas financeiras com alíquotas reduzidas - de 2,33% no total - por 90 dias. Já são ao menos 414 ações que discutem o tema no país, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, a tendência das decisões judiciais tem sido favorável ao Fisco, já em São Paulo, o cenário está dividido.

Essa movimentação no Judiciário fez até mesmo com que o próprio governo federal entrasse, no dia 3, com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Pede que sejam suspensas, com urgência, as decisões judiciais de todo o país que permitem o recolhimento das alíquotas reduzidas.

Requer também que seja declarado válido o Decreto nº 11.374, de 2023, que restabeleceu as alíquotas das contribuições em 4,65% (ADC nº 84).

A redução das alíquotas tinha sido instituída pelo Decreto nº 11.322, assinado pelo então presidente em exercício da República, Hamilton Mourão. O texto foi publicado no dia 30 de dezembro e passava a vigorar

no dia 1º de janeiro. O impacto da medida foi calculado em R\$ 5,8 bilhões.

Porém, a norma foi revogada pelo Decreto 11.374, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo dia 1º de janeiro, mas publicado no dia 2.

Com isso, contribuintes começaram a recorrer à Justiça. Alegam que a elevação das alíquotas das contribuições sociais só poderia entrar em vigor após 90 dias da publicação do decreto do governo Lula - ou seja, do cumprimento da chamada "noventena".

A PGFN reconhece existir jurisprudência a favor da noventena, mas alega que ela não poderia ser aplicada nesse caso, por ser "atípico". Para o órgão, como as mudanças foram rápidas, não teriam chegado a gerar efeitos práticos aos contribuintes.

O TRF da 4ª Região (TRF-4) tem negado os pedidos. Das 15 decisões existentes, 14 negam pedido de liminar ou anulam liminares concedidas na primeira instância do Judiciário. Apenas uma mantém liminar obtida, segundo balanço da PGFN realizado a pedido do Valor. Já no TRF da 3ª Região (TRF-3) há 108 processos com posicionamentos que são controversos - a PGFN não especificou quantas liminares foram concedidas e quantas negadas.

Recentemente, o TRF-4 deu sua, até então, única decisão favorável aos contribuintes para uma grande empresa do agronegócio.

A juíza convocada Adriane Battisti entendeu que seria o caso de manter a liminar concedida na primeira instância.

Segundo a decisão, "o adiamento de uma decisão precária, que restará superada em sentença iminente, seja ela contrária ou no mesmo sentido, acaba por atuar contra a segurança jurídica", diz. Além disso, ela ressaltou que se houver reversão da decisão liminar na análise de mérito, o Fisco poderá fazer o lançamento e exigência dos **tributos** recolhidos a menor (processo nº 5002747-77.2023.4.04.0000).

Segundo os advogados que representam a empresa no processo, Vinicius Krupp e Marcelo Rohenkohl, do Pimentel e Rohenkohl Advogados Associados, a decisão é relevante porque o TRF-4 tem negado o

pedido quando o contribuinte recorreu de decisão negativa em primeira instância.

Segundo Rohenkohl, "ainda que tenha existido um intervalo pequeno entre as normas, houve um efeito surpresa ao contribuinte, que desde o primeiro momento já contou com as alíquotas reduzidas", diz .

Além disso, os advogados ressaltam que a norma e a jurisprudência do STF são claras em dar o prazo de 90 dias (noventena) para adaptação quando há majoração de contribuições sociais (ADI nº 52770 e RE 568503). "Infelizmente, deveria ser óbvio, mas os tribunais têm sido mais conservadores, via de regra, aceitando a argumentação fiscal do governo, deixando de lado a discussão jurídica", diz Rohenkohl.

De acordo com a PGFN, as demais decisões do TRF-4 determinam a suspensão das liminares.

Isso porque não estaria evidenciada a probabilidade do direito invocado ou porque "não bastam alegações genéricas de risco para autorizar a ordem judicial liminar" (Als 5003517-70.2023.4.04.0000, 5003241-39.2023.4.04.0000, 5003249-16.2023.4.04.0000).

Em breve, contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá uniformizar o tema, ao analisar a ADC nº 84, proposta pelo próprio governo, e que deverá gerar efeitos sobre todos os pedidos de liminares do país.

Além disso, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) entrou com a ação direta de inconstitucionalidade, na qual pede o prazo de 90 dias para a alteração das alíquotas (Adin nº 7342). As duas ações foram distribuídas ao ministro do STF Ricardo Lewandowski.

De acordo com Edison Fernandes, do FF Advogados, com essas ações ajuizadas diretamente no Supremo, ou a Corte cassa todas as liminares em outras instâncias do Judiciário, ou todos os contribuintes estarão protegidos. "Para mim, foi uma certa surpresa essa ADC do governo porque o Haddad [ministro da Fazenda] deu a entender em algumas entrevistas que dariam a noventena, mas pelo jeito mudou de ideia", diz. Tanto era assim, diz ele, que se aguardava um ato declaratório da **Receita Federal** confirmando esse posicionamento.

Como o recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas financeiras de janeiro só ocorre no dia 25 de fevereiro, muitos contribuintes, segundo Fernandes, ainda não entraram com ação na Justiça. Aguardam para ver se algo se define até lá.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187460>

Classe média lidera perda de renda na pandemia e impulsiona desigualdade

Fernando Canzian

A classe média foi quem mais perdeu rendimentos durante parte da pandemia do coronavírus, o que levou ao aumento da desigualdade de renda no Brasil. Entre os mais pobres, os rendimentos mantiveram-se praticamente inalterados, graças principalmente ao pagamento do Auxílio Emergencial.

No período, foi mantida a tradicional concentração de rendimentos em estados mais ricos e em áreas do Distrito Federal, onde há preponderância de funcionários públicos bem pagos e com estabilidade no emprego -apesar de a maioria, com exceção dos militares, estar sem reajuste salarial desde 2017.

Segundo dados inéditos da FGV Social com base em declarações de Imposto de Renda de 2020 e pesquisas do IBGE, a classe média (brasileiros localizados entre os 41% mais pobres e os 10% mais ricos) perdeu 4,2% de sua renda no primeiro ano da pandemia.

No 10% mais rico, muitos deles moradores de áreas abastadas do Distrito Federal (como Lago Sul e Lago Norte) e de cidades tradicionalmente ricas como Nova Lima (MG), São Caetano do Sul (SP) e Florianópolis (SC), a queda nos rendimentos foi bem menor, de 1,2%. Entre os 40% mais pobres, houve praticamente estabilidade (ganho de 0,2%).

Segundo Marcelo Neri, diretor da FGV Social, ao contrário do que se imaginava, em função do Auxílio Emergencial que chegou a até 67 milhões de pessoas, a desigualdade de renda não caiu no país no primeiro ano da pandemia -mas foi puxada para cima por conta do empobrecimento da classe média.

Utilizando o mesmo método que o economista francês Thomas Piketty, autor do best-seller "O Capital no Século 21", e unindo a base de dados do IRPF à da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, a FGV Social calcula que o índice de Gini chegou a 0,7068 em 2020, bem acima dos 0,6013 calculados pelo IBGE, que usa apenas a Pnad Contínua. Para o cálculo do Gini, quanto mais perto de 1 o índice, maior a desigualdade.

Segundo Neri, o IRPF consegue captar melhor a renda proveniente de ganhos de capital, como os lucros no

mercado financeiro ou distribuído pelas empresas, inclusive das pessoas jurídicas que declaram via Simples. Por isso, traz mais realismo para o rendimento dos mais ricos.

Pela abordagem usual, o Gini teria caído de 0,6117 para 0,6013; já na combinação de bases, o indicador sobe de 0,7066 para 0,7068.

O trabalho da FGV Social também buscou identificar a localização geográfica dos grupos mais abastados no país. Tal como em estudos de pobreza, há comparação da renda dos mais ricos em relação ao conjunto da população e o cálculo da renda média da população (por estados e municípios) levando-se em conta os rendimentos de declarantes do IRPF divididos pela população -de forma a identificar os locais mais ou menos ricos.

"O objetivo é saber qual é a riqueza de toda população, não apenas dos mais ricos entre os ricos", afirma Neri.

Com grande concentração de funcionários públicos, o Distrito Federal ocupa o topo no ranking da renda média entre as unidades da federação: R\$ 3.148. É mais que o dobro da renda média nacional (R\$ 1.310) e está bem acima do estado de São Paulo, região economicamente mais dinâmica do país, com R\$ 2.093.

O Distrito Federal também é a Unidade da Federação com a maior declaração de patrimônio por habitante (R\$ 95 mil), liderada pelo Lago Sul (R\$ 1,4 milhão), que também apresenta a maior renda média do país (R\$ 22.583).

Outras cinco áreas do Distrito Federal, como Lago Norte, Park Way e Jardim Botânico, têm renda média superior à da mais bem colocada cidade do país, Nova Lima (MG). Desde pelo menos 2018 a cidade mineira ligada à extração mineral e sede de vários condomínios de luxo aparece no topo dos municípios mais ricos.

Segundo a FGV Social, dentre os 19 municípios mais ricos, a maior variação de renda entre 2019 e 2020 foi encontrada também em Nova Lima (22,38%). Uma das hipóteses é que a alta dos preços das commodities até a pandemia tenha influenciado no

aumento da riqueza da cidade mineira, assim como de outras mais dependentes dos setores mineral e agrícola.

Na contramão está São Paulo, onde a renda caiu 12,8%. A hipótese aqui é que isso tenha ocorrido pelo fato de a cidade concentrar grandes parcelas da classe média.

Estudos de outras consultorias vêm mostrando que o encolhimento da classe média ocorre ano após ano. Segundo levantamento da Tendências, as chamadas classes C e B (renda familiar entre R\$ 3,1 mil e R\$ 23,2 mil) foram reduzidas de 47,6% da população para 41,6% entre 2012 e 2022.

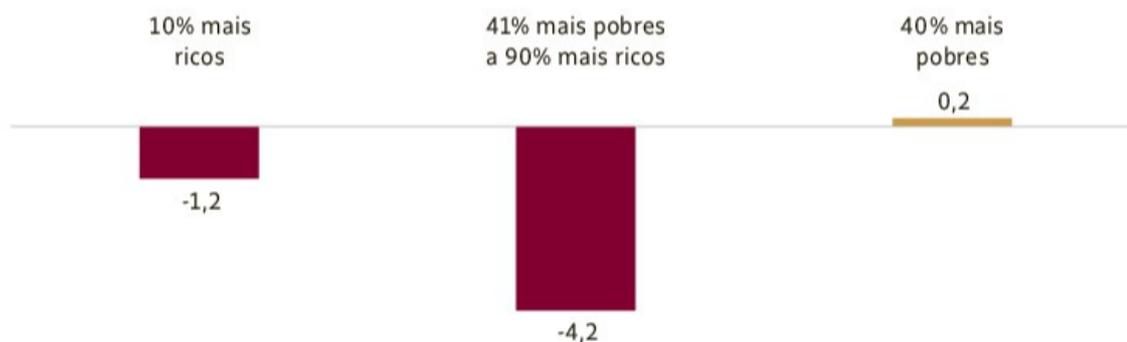
Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50187&maxTouch=0>

Classe média perde e desigualdade aumenta

Classe média perdeu mais renda

Variação da renda 2019-2020, em %



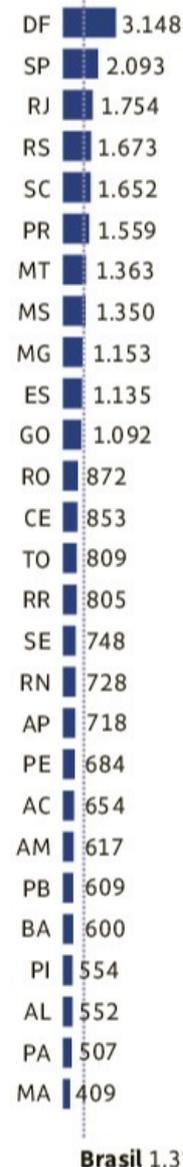
Cidades mais ricas do Brasil

Renda do IRPF por habitante, em R\$



Renda média por UF

Renda do IRPF por habitante, em R\$



Regiões do DF são "epicentro" da riqueza e áreas superam cidade mais rica do país

Renda do IRPF por habitante, em R\$



Fonte: FGV Social

Servidor sem reajuste há mais tempo pode ter aumento antes

Estevão Taiar De Brasília

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos defende que categorias de **servidores públicos** federais que estão há mais tempo sem reajustes salariais tenham prioridade nas negociações. A ideia da pasta é que as negociações sobre os reajustes de 2023 sejam concluídas "no máximo" até março, afirmou uma fonte ao Valor.

O tema foi tratado em reunião realizada ontem entre a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O Orçamento de 2023 prevê R\$ 11,6 bilhões para reajustes salariais.

"A questão é se esse valor será convertido em um reajuste linear para todas as categorias ou se será realizado um reajuste maior para categorias que estão há mais tempo sem aumento", diz a fonte. A posição do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos é que seja concedido um reajuste "não linear".

Na semana passada, foi lançada oficialmente uma mesa nacional de negociação permanente com representantes do Executivo e dos servidores para discutir o reajuste. Na próxima quinta-feira, será realizada nova rodada para 2023. Isso permitirá "começar a negociar os próximos três anos", o que por sua vez trará "uma clareza melhor de médio prazo", na avaliação da pasta.

A fonte garante ainda que não está no radar a elevação dos R\$ 11,6 bilhões previstos no Orçamento para reajustes neste ano. "Não tem debate sobre o aumento desse valor", diz.

Também ontem, Esther afirmou que serão pagos R\$ 350 milhões em direitos trabalhistas a mais de 14 mil servidores e ex-servidores federais. Segundo ela, o montante diz respeito a benefícios de "gestões anteriores" que foram "reconhecidos administrativamente", mas "que estavam pendentes de pagamento". As transferências para os servidores serão realizadas em 1o de março e foram acertadas com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

"São processos referentes a substituição de chefia,

abono e outros direitos reconhecidos administrativamente, que estavam apenas pendente de pagamento", escreveu Esther em sua conta no Twitter.

Ainda segundo a ministra, os pagamentos são "mais um sinal de que o governo Lula trata com respeito aqueles que são responsáveis pela execução das políticas públicas".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187460?page=1§ion=1>

Governo quer aprovar reforma tributária até o fim deste ano



Simone Tebet e Rodrigo Pacheco discutiram também outros projetos da pasta da ministra

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) se reuniu, ontem, com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para discutir a **reforma tributária**, além de outros projetos da pasta dela. A proposta é uma das prioridades do governo Lula, que quer aprová-la ainda neste ano "Recebi a ex-colega senadora e atual ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. No encontro, a ministra expôs os projetos referentes à pasta e defendeu a mobilização em torno da aprovação da **reforma tributária**, fundamental para o desenvolvimento do país", escreveu Pacheco em suas redes sociais. O encontro ocorreu na residência oficial da Presidência do Senado. Durante evento em São Paulo, a ministra afirmou que há grande chance de a reforma ser aprovada ainda em 2023, mas que ainda não é possível estimar quantos meses serão necessários para apresentação da proposta ao Congresso.

Rodrigo Pacheco declarou ainda que vai alinhar as equipes do Ministério do Planejamento e do Senado para avançar na discussão da proposta. O presidente da Casa disse também que a ex-senadora "se destacou com brilhantismo" durante o seu mandato. Segundo Tebet, a **reforma tributária** começará sua tramitação na Câmara dos Deputados, e está sendo capitaneada, por parte do Executivo, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Porém, durante a posse dos parlamentares, no início do mês, ela se colocou à

disposição para discutir a proposta.

Para a ministra, "a **reforma tributária** é a "vacina econômica" para o Brasil e terá todo o apoio do ministério". Sem precisar data para apresentação e aprovação da proposta, ela afirmou: "O que posso adiantar é que, a cada grande passo (dentro do andamento da **reforma tributária**), nós teremos uma sinalização positiva para o mercado. A cada avanço, poderemos ver os juros caindo em razão da estabilidade econômica". A declaração foi dada durante o evento Plano de Voo, da Amcham Brasil. A reforma, para a ministra, tem que garantir justiça tributária, ser neutra em relação à sua incidência e equilibrar cobranças sobre cada participante da sociedade.

Simone Tebet afirmou também que o Brasil não tem hoje recursos suficientes para oferecer serviços públicos de qualidade à população. A ex-senadora afirma que, justamente por isso, o governo Lula precisa trabalhar em parceria com o setor privado. A ministra destacou que o Brasil precisa estar atento à questão fiscal, a fim de buscar estabilidade econômica, mas não pode deixar de olhar para as questões sociais. Nesse sentido, além dos recursos do governo para a população mais pobre, o ministério também pensa em linhas de financiamento e parcerias público-privadas.

Tebet declarou ainda que o Brasil "gasta muito e gasta mal" e que o governo precisa reavaliar todos os gastos, caso a caso. "Pior do que não gastar é gastar mal", avalia Tebet. Ela frisou que vai avaliar as políticas públicas e os recursos que são destinados a cada área, mapeando se não há sobreposições de gastos, para evitar desperdícios e injetar dinheiro em ministérios e projetos que não vêm sendo priorizados, como o de ciência e tecnologia.

Para ela, "o mundo está com apetite pelo Brasil", mas é necessário que o país "faça a sua lição de casa" de modo a realmente atrair capital estrangeiro. "Querem colocar dinheiro no Brasil, mas outros países também oferecem boas oportunidades."

FIESP O ministro do Trabalho, Luiz Marinho se reuniu com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pediu apoio para atualização para a **reforma tributária**, para a

legislação trabalhista e para criação de um programa de capacitação de jovens para o mercado de trabalho. Ele afirmou que o governo tem "total simpatia" para debater medidas que acelerem a reindustrialização do país. "O emprego de qualidade está na indústria", declarou.

Marinho sugeriu colaboração para formatar um programa que reserva algumas horas de trabalho de operários para que eles se dediquem à qualificação e capacitação profissional. "É preciso atualização e acompanhamento na revolução da inovação tecnológica, dar espaço para oxigenar a força de trabalho", disse.

Marinho também pediu apoio aos industriais para acabar com o saque-aniversário do FGTS. Para ele, esse mecanismo trava os recursos no momento de uma demissão e deixa de servir para resgate financeiro do trabalhador. "Tenho sido atacado pelo dito "mercado", mas aqui somos o mercado também, não? (...) É um engodo, que atrapalha a indústria porque tira investimento de um fundo que beneficia a indústria. A lógica do Paulo Guedes [ex-ministro da Economia] era acabar com o fundo", disse Marinho.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/02/2023/p1>

Saga tributária (Editorial)

A ideia de promover uma **reforma tributária** ampla tem mais de um quarto de século. Desta vez, mesmo com uma proposta de mudança paulatina, há risco de que possa mais uma vez ser adiada.

Crises econômicas e falta de dinheiro para compensar eventuais ou autointitulados prejudicados impediram a mudança até aqui. Os lobbies mais importantes foram decisivos, como estados que temiam perder receita ou setores receosos de pagarem mais -muitas vezes por perderem privilégios.

Um novo tiro contra a atual tentativa de reforma foi dado por Eduardo Paes (PSD). O prefeito do Rio de Janeiro escreveu em redes sociais que o secretário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, é "autoritário".

Em evento público, Appy disse que os prefeitos terão de aceitar o fim do Imposto sobre Serviços (ISS), que seria dissolvido no novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) -arrecadado ou exclusivamente pela União ou por União e estados. A receita do tributo seria compartilhada, mas o município perderia o poder de alterá-lo.

Prefeitos temem perder arrecadação para a União e autonomia política. O receio é compreensível, mas, sem simplificação e uniformização de normas, não há reforma.

Agropecuária e serviços já voltam a combater a padronização de alíquotas. Setores que recebem benefícios excessivos do Simples e de outros regimes especiais, como empresas da Zona Franca de Manaus, também.

Há ainda objeções como a do secretário de Governo do estado de São Paulo. Segundo Gilberto Kassab (PSD), a **reforma tributária** deve vir acompanhada da reforma administrativa -a de mais improvável realização sob o atual governo.

Dado que o sistema de **impostos** é estruturalmente fragmentado, a frente contra a reforma é grande. O interesse geral, difuso e com pouca representação organizada, terá dificuldade contra os lobbies.

A alteração da legislação sobre **tributos** depende de ampla articulação política do governo e, também, de grande campanha de informação. Foi o que ocorreu com a reforma da Previdência. Somente após anos de debates e de difusão de dados, a mudança pareceu

razoável e teve menor oposição ativa.

No caso dos **impostos**, a explicação sobre distorções do atual sistema mal começou. O fato de que a transição será longa (até demais, talvez meio século) está ainda menos claro. A implementação lenta evita choques e permite correções -embute, pois, mecanismos de prevenção de injustiças.

No entanto nada disso foi esclarecido para a parte da opinião pública mais interessada no debate. Desse modo, a reforma tem ainda menos chances de vingar.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50187>

Correção da tabela do IR já está com Lula, afirma Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante evento no Planalto. Pedro Ladeira/Folhapress

Lucas Marchesini Catia Seabra Victoria Azevedo

O governo federal deve apresentar depois do Carnaval um programa para renegociação de dívidas chamado Desenrola. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez a previsão ao falar na abertura da reunião do diretório nacional do PT na manhã desta segunda-feira (13), em Brasília.

De acordo com ele, tanto o Desenrola quanto a correção da tabela do Imposto de Renda e do salário mínimo já estão no Palácio do Planalto para avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A fala de Haddad não foi aberta para a imprensa e as informações são da assessoria de imprensa do PT.

O Desenrola deve oferecer condições facilitadas para que pessoas renegociem dívidas até um certo limite, a ser definido pelo governo federal.

Com isso, a aposta é de que haja um impulso ao consumo, o que ajudaria na retomada econômica. O programa pode contemplar até 40 milhões de brasileiros que estão endividados e têm renda de até dois salários mínimos.

Existem quase 70 milhões de consumidores com o nome negativado por inadimplência. O atual patamar de endividamento é recorde.

Já em relação à correção da tabela do IR, a promessa de Lula durante a campanha eleitoral era de isentar o imposto pessoas com renda mensal de até R\$ 5.000, mas isso não deve acontecer neste ano. Hoje, é isento quem tem um salário mensal menor do que R\$ 1.900. O plano em discussão avalia elevar esse patamar para dois salários mínimos.

Além dos anúncios, Haddad também abordou a política monetária e a questão dos juros na sua fala para o diretório nacional do PT. De acordo com a assessoria do partido, o ministro repetiu o que disse na semana passada em reunião com a bancada petista na Câmara dos Deputados, quando preferiu se distanciar da crise gerada pelas críticas de Lula ao BC.

Na apresentação, Haddad disse que não alimentava expectativa de redução de juros na última reunião do Copom, mas esperava uma sinalização.

A bancada do PT, por sua vez, articula um convite para que Roberto Campos Neto, presidente da autarquia, vá ao Congresso Nacional falar sobre a política de juros.

O ministro-chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência da República, Paulo Pimenta, disse que "não há nenhuma discussão dentro do governo" para que o CMN mude a meta de **inflação**.

"O ministro Haddad e a ministra [Simone] Tebet integram esse fórum e no decorrer da semana vão conversar, mas não há orientação do governo para adotar essa ou aquela medida", acrescentou ao sair da reunião do diretório nacional do PT.

Não sei em quantos meses **reforma tributária** sai, diz Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta segunda (13) que uma proposta de **reforma tributária** deve ser aprovada neste ano pelo Congresso, mas que não pode "dizer em quantos meses".

No início do mês, Tebet havia afirmado, após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que a discussão do projeto se prolongaria no Legislativo

por ao menos seis meses.

A afirmação contrasta com a do titular da Fazenda, Fernando Haddad, e com a do vice-presidente Geraldo Alckmin -ambos dizem que a proposta poderia ser aprovada ainda no primeiro semestre deste ano.

Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devem se reunir para discutir os detalhes do rito. O alagoano já sinalizou disposição para levar o texto ao plenário entre 60 e 90 dias.

A **reforma tributária** foi escolhida como uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro semestre no Congresso. É provável que essa seja a primeira PEC (proposta de emenda à Constituição) de interesse do Palácio do Planalto a ser votada no Legislativo. Pedro S. Teixeira

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50187&maxTouch=0>

O mundo real é maior do que a Selic (Artigo)

Jorge J. Okubaro JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO "O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)" (EDITORA TERCEIRO NOME)

A **inflação** de 0,53% em janeiro, que levou a alta acumulada de preços em 12 meses para 5,77%, foi puxada por alimentos e combustíveis. É uma variação muito alta. Problemas que nos assombraram há pouco podem estar voltando. Mas ninguém no governo parece estar preocupado com isso. Também não há preocupação com os sinais de desaceleração da economia, o que antecipa problemas de emprego e renda. Indicações mais sombrias sobre a economia mundial começam a esmaecer, mas é pouco para desenhar um cenário colorido. Intencionalmente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está longe de ser um aprendiz em política, parece disposto a tornar ainda mais turvo um quadro preocupante com sua insistência, e sua veemência típica de palanque, em criticar o Banco Central (BC).

São críticas que agradam à base do PT, que nunca aceitou bem a ideia de autonomia do BC. Foi à sua base que Lula pareceu estar se dirigindo quando se referiu ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, como "esse sujeito", ou quando citou a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) para afirmar que "é uma vergonha esse aumento de juros" (embora o Copom tivesse mantido inalterada a taxa básica Selic em 13,75% ao ano, que de fato é alta). A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, foi além ao dizer que Campos Neto está do lado do ex-presidente Jair Bolsonaro. Campos, de fato, deve ter votado no ex-presidente em outubro do ano passado e participou de grupos de conversa de ministros do governo anterior, o que, segundo Gleisi, mostrou que, ao tempo de Bolsonaro, não tinha autonomia nem independência política.

O fato de pesquisas regulares do BC com analistas financeiros de 130 instituições privadas balizarem algumas das mais importantes decisões de política monetária, sem que outras áreas do poder público e outros segmentos sociais sejam igualmente auscultados quanto a suas expectativas, talvez possa fortalecer argumentos de apoiadores de Lula de que a autoridade monetária só ouve o mercado financeiro. Críticas ácidas de operadores desse mercado a toda ação ou decisão do governo que não lhes agradem reforçam a resistência de apoiadores de Lula.

Campos, de fato, apoiou Bolsonaro. Mas o Banco Central, como instituição do Esta- do, não apoia

candidatos nem pode fazer escolhas político-eleitorais. Sua autonomia, tão criticada por Lula e por parte de seus apoiadores, tem justamente o objetivo de evitar que suas decisões venham a ser contaminadas por interferência política. E o combate à **inflação** - qualquer que seja a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, no qual o governo tem maioria - destina-se a assegurar condições mais adequadas para que as decisões sobre investimentos sejam tomadas com mais segurança, ajudem a atividade econômica e gerem emprego. **Inflação** em alta, de sua parte, prejudica mais os pobres, os que menos podem se defender da aceleração dos preços.

E aqui, sim, está a questão que deveria ocupar o centro das preocupações, e dos discursos, de Lula e dos que o apoiam. Problemas sociais que estiveram no foco das atenções de gestões anteriores do PT, e que por isso registraram melhora expressiva naquele período, voltaram a mostrar sua gravidade. O País registra novamente altos índices de pobreza, de deficiência alimentar, de carência de atendimento em saúde, de mau desempenho escolar, de atraso nos programas de saneamento básico, de despreparo na formação de mão de obra capaz de enfrentar os novos desafios do mercado de trabalho, de perda de competitividade. Há mais de 1 milhão de brasileiros na fila esperando a aposentadoria. A indústria se esvai em crise, sem que, além de uma ou outra referência, o governo apresente diagnósticos ou propostas para enfrentar um dos problemas mais perturbadores para os que pensam na economia brasileira nos próximos anos. A **reforma tributária** precisa andar. E há muitas outras urgências.

Um mês e meio após sua posse, Lula tem um saldo favorável, que lhe assegura confiabilidade e preserva a confiança que milhões de brasileiros nele depositaram. A diversidade simbolizada nas pessoas que com ele subiram a rampa do Palácio do Planalto na sua posse é um retrato de seu governo. A derrota dos golpistas de 8 de janeiro e, no dia seguinte, a caminhada de Lula ao lado dos presidentes das duas Casas do Congresso, da presidente Rosa Weber e de outros ministros do Supremo Tribunal Federal e de mais de 20 governadores na Praça dos Três Poderes, de sua parte, demonstraram unidade institucional no repúdio aos ataques de bolsonaristas contra a democracia. A firme posição pessoal de Lula, seguida de ações concretas de seu governo, em defesa da população Yanomami deixou claro de que lado ele está e como sabe agir em emergências de natureza social.

Por que, nesse quadro, investir tão duramente contra o Banco Central e gerar turbulências? Isso não ajuda o País. Seu governo não pode ser só para petistas. Deve ser para todos os brasileiros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

*O que deveria ocupar
o centro das
preocupações, e dos
discursos, de Lula e
de quem o apoia é que
os problemas sociais
voltaram a mostrar
sua gravidade*

Tebet: reforma tributária é "bala de prata" para reduzir custos

Simone Tebet.

A reforma tributária será "vacina econômica"



.2023

JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a **reforma tributária** é a única "bala de prata" que o país tem para diminuir o custo de produção, reduzir a burocracia, dar competitividade às empresas e promover a melhoria da economia. Ela admite que a aprovação não será fácil, mas ressaltou que "é quase unanimidade".

Segundo Tebet, à medida que as discussões sobre a **reforma tributária** avançarem no Congresso, haverá uma sinalização positiva ao mercado, o que se refletirá na queda de juros.

- Queremos viabilizar (a **reforma tributária**) até o final do ano. Não será em quatro ou cinco meses. Mas cada avanço trará sinalização positiva ao mercado. E poderemos ver os juros caindo com as perspectivas futuras de estabilidade -disse a ministra, em participação virtual, a uma plateia de empresários no evento Plano de Voo 2023, da Amcham.

Pesquisa feita pela Amcham com 500 executivos, divulgada ontem, mostra que 68% deles consideram a **reforma tributária** uma medida prioritária a ser perseguida pelo governo para melhorar o ambiente de negócios. Mas menos da metade diz não acreditar que ela seja aprovada até o fim do ano.

a en
refc
quit
ago:
ger
si
t

Tebet disse compreender que os empresários duvidem da aprovação da reforma, depois de mais de três décadas de discussão sobre o tema. E afirmou que, lamentavelmente, as mudanças não avançaram no governo passado por falta de empenho do Executivo.

- Eu estava lá no Senado, fui presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por onde passa a reforma e, pela primeira vez, todos os secretários de Fazenda estaduais concordavam com a reforma, com apenas alguns pontos de divergência. Mas faltou um fator: o empenho do Executivo. Sem a engenharia do Executivo, a reforma não encontrou a arquitetura no Congresso. Mas agora eu estou do lado da engenharia, o presidente considera a reforma importante, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a colocou como prioridade -afirmou a ministra. Ela disse que a reforma será uma "vacina econômica" e que "qualquer reforma sobre o consumo é melhor do que o sistema atual." Tebet citou um custo de R\$ 60 bilhões por ano das empresas que têm de lidar com um volume excessivo de normas -são cerca de 400 mil, considerando União, estados e municípios.

- É um "gato" feito pelo setor produtivo que deixa de ser injetado na produção e reduz a competitividade. Esse é o foco da reforma: justiça tributária. E depois queremos avançar sobre a reforma sobre a renda, que será mais fácil fazer - disse Tebet, lembrando que as mudanças poderão ser feitas por projeto de lei.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC é autônomo, mas não infalível - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Só existe uma pessoa infalível no mundo, o papa. Mesmo assim, essa infalibilidade não é ampla e irrestrita. Funciona apenas para católicos e quando o papa se manifesta sobre princípios básicos e dogmas da fé cristã, algo instituído no Concílio Vaticano I, em 1870.

Felizmente, Francisco não costuma se manifestar sobre taxas de juros. Mesmo que se manifestasse, sua opinião poderia ser contestada sem receios por católicos ou não católicos.

O Banco Central do Brasil ganhou autonomia em 24 de fevereiro de 2021, por decisão majoritária do Congresso. Tem liberdade total para conduzir a política de juros, mas a lei obviamente não estabelece a infalibilidade do BC para as suas decisões. Não há dogmas monetários. E a instituição pode receber críticas ou elogios sem que isso ameace a sua autonomia.

Esse tema domina a mídia de economia nos últimos dias. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi acusado de conspirar contra a independência do BC quando disse que o Brasil pratica os juros mais altos do mundo. Pura verdade. A taxa real de juros (além da **inflação**) está em quase 8% ano. Dois anos atrás era negativa: -0,30% ao ano.

O presidente Lula atacou o BC e disse que sua independência é "uma bobagem". Nesse caso, Lula é quem falou bobagem. Criticou também a meta de **inflação**, que é de 3,25% para este ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Outra bobagem, porque não é tarefa do BC fixar a meta, e sim do Conselho Monetário Nacional, no qual o presidente do BC tem apenas um voto e o governo Lula, dois (dos ministros da Fazenda e do Planejamento).

É didático, porém, separar bobagens de fatos. As bobagens ofuscaram a discussão do que é essencial nessa questão: a taxa de juros brasileira, de 13,75% ao ano para uma **inflação** prevista de 5,7%, está claramente fora do lugar. Nos EUA, a **inflação** é de 5%, e a taxa básica de juros, de 4,50% a 4,75%. Na União Europeia, a taxa é de 3%, enquanto a **inflação** atinge 8%. A taxa brasileira é alta demais e, se

continuar assim, vai levar o país a uma recessão. Nesse caso, deixam de ser bobagens as suspeitas levantadas por causa do viés altamente bolsonarista do presidente do BC. Pode uma autoridade monetária autônoma participar ativamente da campanha eleitoral de um presidente?

É fato que as declarações de Lula têm impacto negativo para a economia, porque levantam dúvidas sobre a continuidade da autonomia do BC e da política monetária. Mas também é fato que o frenesi do mercado com as declarações amplifica seus efeitos negativos. O mesmo não ocorreu e não ocorre quando se descobre o viés bolsonarista e duvidosamente técnico do comandante do BC autônomo.

Bom seria parar o frenesi e discutir se a taxa de juros precisa ser de 13,75%. Ela é uma festa para rentistas e uma desgraça para quem investe em produção.

Mudando de assunto, lá vai uma historinha real com nomes fictícios. Ela mostra a importância da **reforma tributária**, a primeira grande lição de casa do governo Lula.

João Silva, a mulher dele Maria Cristina e o filho Vicente saíram felizes de casa, logo cedo, numa sexta-feira, nas férias de janeiro.

João havia trocado de emprego e recebido uma "bolada" de FGTS, aviso prévio e férias atrasadas.

Com o dinheiro extra, casal e filho foram às compras. Primeiro passaram no supermercado: arroz, farinha, azeite, óleo, legumes, frutas, sabão e outros 40 itens para a casa. Valor da conta: R\$ 405,57. Foram depois a um posto de combustíveis para completar o tanque de gasolina do carro, gastando R\$ 146,10.

Enquanto o pai calibrava os pneus da SUV, Vicentinho, de seis anos, pegou uma barra de chocolate na lojinha de conveniência. Custou R\$ 24,99.

Na padaria ao lado, Maria Cristina comprou pãezinhos e frios: R\$ 39,57. E, na farmácia, uma vitamina e uma caixa de dipirona, por R\$ 175,88.

O motivo da ansiedade da família Silva, porém, era para chegar à loja de material elétrico.

Para concluir a reforma da casa, João comprou tomadas, lustres, lâmpadas e outros itens de iluminação. Pagou à vista R\$ 10.436,38.

João é um "gastador caxias", gosta de comprar, mas sempre exige nota fiscal, diz Maria Cristina. Em casa, ele foi conferir os preços. Assustou-se ao ver escondidinho no pé da nota de materiais elétricos o valor aproximado de **tributos**: R\$ 3.382,36, ou 32,4% do total.

Por curiosidade, foi ver também o imposto pago nas demais notas. No supermercado, para a conta de R\$ 405,57, pagou aos governos R\$ 124,69. Pela barrinha de chocolate, os governos levaram R\$ 8,65; pela gasolina, R\$ 26,30; pelos pães e frios, R\$ 5,67; e pelos remédios, R\$ 53,10. Resumo da história: a alegre saída para as compras da família Silva rendeu aos cofres públicos R\$ 3.600,77, **impostos** que representaram 32,06% do valor total gasto, de R\$ 11.228,49.

João achou muito e estava certo.

Para comparação, os 34 países mais ricos do mundo tributam o consumo, no máximo, em 20%.

O sistema tributário brasileiro, além de caótico, reproduz desigualdades, cobrando relativamente mais de pobres e menos de ricos. Não é simples, portanto, a tarefa do Congresso ao votar a **reforma tributária** neste semestre. Infelizmente, no primeiro momento, a proposta do governo é fazer apenas uma reforma neutra na tributação do consumo, sem aumentar nem reduzir a carga atual, que já é bastante alta.

O grande desafio é a criação de uma tributação mais simples, que possa ser entendida por qualquer cidadão, sem a cobrança, por exemplo, de **impostos** "por dentro", aberração do ICMS atual.

A ideia é unificar cinco **impostos** federais, estaduais e municipais em um tributo sobre valor agregado, com legislação uniforme em todo o país e não cumulativo, cobrado no destino sobre produtos e serviços. Tudo isso sem quebrar Estados e municípios e sem onerar pessoas mais pobres.

No segundo semestre, se tudo correr como o esperado, chegará a vez da batalha sobre a tributação da renda, capaz de gerar enormes controvérsias no Congresso, porque seu objetivo será também desonerar os pobres e onerar os ricos. A linha divisória entre pobreza e riqueza constituirá uma definição importante, algo que já tira o sono de gente da classe média, como o "João gastador" da família Silva.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

BC é autônomo, mas não infalível

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187460?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187460?page=1§ion=1)**

Lira promete a ex-ministro de Temer relatoria de nova âncora fiscal na Câmara

Julia Chaib

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prometeu ao deputado federal Mendonça Filho (União Brasil-PE), ex-ministro de Michel **Temer** (MDB), a relatoria do projeto que será enviado pelo governo ao Legislativo para definir a nova âncora fiscal do país.

A regra, a ser proposta pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), vai substituir o atual teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

O tema é central tanto para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que terá na nova regra um balizador para suas políticas até o fim do mandato, quanto para o mercado, que cobra maior clareza sobre o rumo da trajetória do endividamento do país.

Pela promessa de Lira, a negociação da proposta ficará nas mãos de um parlamentar que já se declarou oposição ao novo governo Lula.

Mendonça também votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, e depois tornou-se ministro da Educação de **Temer**, que a petista no comando do Palácio do Planalto.

"A decisão da maioria do eleitorado é soberana numa democracia. Cumprimento o presidente eleito Lula pela sua eleição. Como deputado eleito estarei, em Brasília, na oposição, trabalhando pelo Brasil e defendendo os interesses dos pernambucanos", escreveu Mendonça Filho em sua conta no Twitter em 30 de outubro de 2022, após a proclamação da vitória de Lula no segundo turno.

Segundo relatos, Lira indicou a Mendonça Filho que o deputado seria o relator da proposta de âncora fiscal ainda no mês de janeiro.

O ex-ministro queria ser o relator da **reforma tributária**, mas o posto era alvo de cobiça nas negociações para a reeleição de Lira. Como mostrou a Folha, o MDB propôs apoio ao atual presidente da Casa, sob o compromisso de a relatoria da tributária permanecer com deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ribeiro foi relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, protocolada em 2019 pelo presidente nacional do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), e que hoje é um dos pontos de partida para a discussão das mudanças tributárias no Congresso Nacional.

Com essa cadeira já ocupada, Lira ofereceu então ao deputado a relatoria do marco fiscal. O compromisso foi reforçado na semana passada, às vésperas da eleição da Câmara, quando Mendonça Filho ensaiou lançar candidatura avulsa à primeira Secretaria da Mesa Diretora, rivalizando com um deputado de seu próprio partido, Luciano Bivar (União Brasil-PE).

A entrada de Mendonça na disputa criaria um ruído desnecessário à reeleição de Lira. Por isso, o presidente da Câmara atuou pessoalmente para evitar o racha no União Brasil.

Mendonça Filho é hoje um dos principais líderes da legenda e sustenta uma postura crítica ao governo Lula. Ao Pânico, no ano passado, o parlamentar defendeu que o União Brasil fizesse oposição à gestão petista.

Atualmente, ele prega que o partido permaneça independente, ainda que a sigla tenha indicado três ministros na composição do novo governo.

No campo econômico, Mendonça é de tendência mais liberal que o PT, o que pode levar a embates entre governo e o deputado nas discussões da nova regra durante a tramitação do Congresso.

No fim de novembro de 2022, quando o Legislativo debatia uma PEC para autorizar a ampliação de gastos neste ano, o ex-ministro de **Temer** criticou publicamente a proposta do PT, que àquela altura buscava um espaço extra de R\$ 198 bilhões, sem prazo definido.

"Todos sabem que arrombar o teto vai gerar **inflação**, juros altos e desemprego. Os mais pobres pagarão a conta do desequilíbrio fiscal. A PEC deve bancar exclusivamente o Bolsa Família e ter validade no máximo de um ano", defendeu Mendonça Filho.

Mais recentemente, ele também condenou a pressão feita por Lula sobre o Banco Central por causa dos juros, considerados excessivos pelo governo petista.

O presidente Lula continua conspirando contra a estabilidade econômica. Não enxergar que o Banco Central independente é uma das bases para uma **inflação** sob controle é querer reviver o desastre econômico da gestão Dilma", escreveu.

A proposta de nova âncora fiscal ainda está em elaboração pelo time de Haddad. A PEC que autorizou a ampliação de gastos fixou o prazo de até 31 de agosto para que o governo encaminhe o projeto ao Legislativo, mas o ministro da Fazenda já disse que pretende se antecipar à data e enviar o texto até abril deste ano.

A proposta deverá ser enviada sob a forma de projeto de lei complementar, que requer apoio de 257 deputados e 41 senadores para ser aprovado. Trata-se de um quórum superior à maioria simples, mas menor que o exigido em propostas de emenda à Constituição.

Algumas reuniões técnicas sobre o tema já foram realizadas dentro da Fazenda. Segundo interlocutores, um primeiro desenho da nova regra deve ser concluído até o início de março, quando ainda precisará passar pela validação de Haddad e também do Palácio do Planalto.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, adiantou no fim de janeiro que o controle de despesas é o melhor instrumento para administrar a trajetória da dívida pública e que essa ideia está sendo levada em consideração na elaboração do novo arcabouço fiscal .

A preocupação dos técnicos é elaborar uma regra que crie as condições de uma trajetória crível para a dívida pública, ao mesmo tempo em que dê flexibilidade ao governo para lidar com situações imprevistas, como quedas na arrecadação ou momentos de crise mais aguda.

A principal crítica dos técnicos ao teto de gastos é justamente a sua rigidez -a regra estipulava um limite nominal de despesas, com poucas exceções. O resultado, segundo diagnóstico do próprio Tesouro Nacional, foi uma compressão de investimentos, diante do contínuo aumento das despesas obrigatórias e das dificuldades, inclusive políticas, em avançar na revisão de programas.

No entanto, mesmo que Haddad antecipe o envio da proposta de novo arcabouço fiscal ao Congresso, a tendência é que o debate sobre a âncora avance apenas após a Câmara concluir a análise da **reforma tributária**.

[será priorizada] a **reforma tributária** e depois [o Executivo enviará] a âncora fiscal no prazo definido pela PEC", afirmou Lira.

Segundo o presidente da Câmara, a ideia é que os deputados votem a proposta tributária em até três meses para, em seguida, analisar o projeto da nova âncora fiscal.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/02/lira-promete-a-ex-ministro-de-temer-relatoria-de-nova-ancora-fiscal-na-camara.shtml>

"No que eu entendi da intenção do governo: primeiro

União Brasil cobra mais cargos enquanto avança com federação e trava planos do governo por base sólida

Por Gabriel Sabóia

Apesar de ter emplacado três ministros, o União Brasil ainda representa um entrave nos planos do governo para formar uma base sólida no Congresso. Com 68 parlamentares - a terceira maior bancada da Câmara e a quarta do Senado -, o presidente do partido, deputado Luciano Bivar (PE), cobra cargos de segundo e terceiro escalão em troca da fidelidade ao Palácio do Planalto. A pressão sobre o Executivo aumenta com a negociação entre o União Brasil, o PP e o Avante para formar uma federação, o que daria ainda mais peso no Parlamento para o grupo, que tem a sigla à frente.

Na lista de cargos reivindicados pelo União Brasil estão as presidências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Esses postos são disputados pelos partidos pelo potencial de realização de obras que podem render dividendos eleitorais.

- O PT é feito por pessoas inteligentes, que sabem que para fazer política é necessário ter espaços. Quanto mais espaços tivermos no governo, mais apoios poderemos garantir - afirmou Bivar ao GLOBO.

Apesar de, na campanha, ter liberado seus diretórios estaduais para apoiar Lula ou a reeleição de Jair Bolsonaro, o União Brasil é um dos quatro partidos agraciados com o maior quinhão na Esplanada dos Ministérios: três cadeiras. Conseguiu emplacar Daniela Carneiro no Turismo, Juscelino Filho nas Comunicações e Waldez Góes na Integração Nacional. Embora seja filiado ao PDT, Góes foi escolhido por indicação do senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Lideranças da sigla na Câmara, que tem Bivar como expoente principal, alegam que as negociações, capitaneadas por Alcolumbre, não contemplaram a bancada de deputados do partido. Afirmam que Daniela Carneiro e Juscelino Filho, apesar de serem deputados, não representam os correligionários da

Casa.

Os cargos de segundo escalão cobiçados por Bivar para pacificar a relação com o governo representam ativos políticos importantes. As três autarquias, por vezes, garantem mais poder de ação e capilaridade do que alguns ministérios. O presidente do União Brasil diz que esses cargos ajudariam a "convencer" correligionários a aderir à gestão petista:

- Com qualquer órgão nacional em mãos fica mais fácil debater e convencer, por exemplo, deputados. Para parlamentares do Nordeste, a Codevasf é super importante. O mesmo digo da Sudene e do Dnocs.

A participação do União Brasil no governo gera ruídos desde os primeiros momentos da atual administração. No dia seguinte à posse, quando a sigla já expunha suas dissidências, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi incisivo ao comentar o risco de infidelidade.

- O que é maioria? Cinco de dez não é maioria. Seis de dez é maioria. Então esperamos que no mínimo 60% (do União Brasil) na Câmara e no Senado votem com o governo. Isso não se configurando, aí tem que se discutir a relação. O compromisso, no matrimônio, no altar, de lealdade, incluiu isso - afirmou, na ocasião, Randolfe, que no Amapá é adversário do grupo político de Alcolumbre e Waldez Góes.

Na semana passada, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), defendeu que o partido perca parte dos postos que ocupa caso não entregue no Congresso os votos que o Planalto espera.

- Em relação ao União Brasil, mesmo sendo contemplado como foi, não está fazendo entrega (...) Se não estiver fazendo entrega, não tem porque permanecer onde está - afirmou Gleisi em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo.

Apesar das insatisfações exposta por ambas as partes, Bivar afirma que honra com o compromisso firmado com o Planalto.

- Eu garanto a maioria do partido nas duas Casas

(Câmara e Senado). Cá entre nós, a maioria do União já é maior do que a maioria dos partidos no Congresso - diz o presidente da sigla.

A fidelidade do União Brasil poderá ser mensurada com mais precisão depois do Carnaval, a partir da última semana deste mês, quando a agenda legislativa ganhará tração na Câmara e no Senado. Os primeiros testes devem ser nas votações da Medida Provisória que alterou regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, da criação de um novo arcabouço fiscal para o país, e da **reforma tributária**. Até lá, entretanto, uma nova variável pode redimensionar o poder de barganha de Luciano Bivar e sua tropa.

O União Brasil está em avançadas negociações para firmar uma federação com PP e Avante. Trata-se de um modelo de coligação por meio do qual as legendas participantes se comprometem a atuar em conjunto no Congresso, como se fossem uma só sigla, pelo prazo mínimo de quatro anos. Na prática, se o acordo sair, o Planalto precisará negociar com um grupo político de 115 deputados e 15 senadores.

O cenário tende a ficar mais nebuloso para Lula se a federação for oficializada. O PP apoiava o ex-presidente Jair Bolsonaro e neste ano se declarou independente em relação ao governo. A legenda, um dos pilares do Centrão, tem como líder principal o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Até agora, ele manteve uma relação harmônica, porém fria, com o Executivo. Lira contou com o apoio do PT para se reeleger presidente da Casa. Por outro lado, viu seu aliado Elmar Nascimento (BA), líder do União Brasil, ser preterido na formação do Ministério, enquanto um dos principais adversários de Lira, o senador eleito Renan Filho (MDB-AL) tornou-se ministro dos Transportes.

Bivar afirma que o PP não vai criar problemas para o Planalto:

- Não será oposição ao governo, isto está pacificado com o PP. Essa questão de aderir ou não à base depende eminentemente do governo eleito, o PT. Nós mesmos estamos dentro do governo, mas não há um fechamento hermético, ainda lutamos para amearhar mais apoios internos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/02/uniao-brasil-cobra-mais-cargos-enquanto-avanca-com-federacao-e-trava-planos-do-governo-por-base-solida.ghtml>

AGU pede condenação definitiva de golpistas



Valor será usado para cobrir os prejuízos causados nas sedes dos Três Poderes, como a do Supremo Tribunal Federal, destruída por extremistas

LUANA PATRIOLINO

A conta chegou para extremistas que participaram da depredação dos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro, em Brasília. Ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou à Justiça Federal o primeiro pedido de condenação definitiva de pessoas, empresas e sindicatos envolvidos nos atos golpistas. O órgão quer que eles paguem R\$ 20,7 milhões, valor referente aos estragos causados nos edifícios.

Na ação protocolada pela AGU, são citadas 54 pessoas físicas, três empresas, uma associação e um sindicato. Todos são acusados de infringirem o artigo 187 do Código Civil, que consiste em: "Ato ilícito quando o titular de um direito (no caso em específico o direito à livre manifestação e reunião pacífica), ao exercê-lo, excede manifestamente os limites **impostos** pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

"Nesse sentido, é adequado falar que num regime democrático, como no sistema brasileiro, contraria os costumes da democracia e a boa-fé a convocação e financiamento de um movimento ou manifestação com intento de tomada do poder, situação essa que evidencia a ilicitude do evento ocorrido", acrescenta.

A AGU menciona os "chamamentos/convocação para participação no evento, quando já se fazia referência expressa a desígnios de atos não pacíficos (ou de duvidosa pacificidade) e de tomada de poder", destaca. "Fato que demonstra uma articulação prévia ao movimento com finalidade não ordeira, sendo o financiamento do transporte um vetor primordial para

que ele ganhasse corpo e se desenvolvesse nos termos verificados." Não há divisão igual do valor entre os citados no processo. Os réus respondem em regime de solidariedade, o que significa que todos são responsáveis por cobrir a totalidade do montante. A ideia é que o sistema busque o valor que cada um tem até chegar ao especificado no pedido à Justiça.

De acordo com a AGU, o cálculo de R\$ 20,7 milhões é a soma dos prejuízos na Câmara dos Deputados, no Senado, no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia do vandalismo, os extremistas quebraram vidros, portas, janelas, computadores, impressoras, arrancaram cadeiras, destruíram obras de arte, molharam carpetes e até roubaram togas dos ministros da Corte, além de objetos da União.

Na avaliação da AGU, ficou demonstrada a prática de "atos ilícitos que causaram danos ao patrimônio público federal, com a quantificação/estimativa mínima do dano".

O órgão sustentou que "cabe analisar, neste segundo momento, a questão atinente ao preenchimento dos demais requisitos necessários para a responsabilização dos demandados por esses danos", diz um trecho.

Até agora, a AGU tem um total de quatro ações protocoladas contra acusados de financiar ou participar diretamente dos atos antidemocráticos. A Justiça determinou o bloqueio de bens dos envolvidos para que, em caso de condenação posterior, os valores sejam utilizados para ressarcir os cofres públicos.

Respondem a essas ações 178 pessoas físicas, além das três empresas, uma associação e um sindicato, já mencionados. O órgão deve ingressar em breve com pedido para converter em ação civil pública as outras três cautelares, que dizem respeito aos presos em flagrante pela depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes.

Para o advogado criminalista Edson Vieira Abdala, a iniciativa da AGU tem respaldo constitucional. "A lei civil prevê a reparação de ato ilícito decorrente de ação ilegal e criminoso, podendo cautelarmente resguardar bens dos envolvidos, a fim de que o pagamento ocorra. Nesse ponto, o órgão está agindo

com rapidez e qualificação jurídica destacada", ressaltou.

O advogado Cezar Ziliotto, especialista em direito administrativo, destacou que a AGU entende que, nesse caso, quem financiou a convocação e o financiamento de um movimento "em tese" ilícito praticou um ato que vulnera a democracia e a boa-fé. "Em tese" porque vai ser apurado judicialmente; mas, enfim, há um grande indicativo, para não dizer total, de que é ilícito (pois, ao fim e ao cabo, foi destruído patrimônio público, foram invadidas as instituições, foi ameaçada a própria democracia). Então, houve, em última instância, a prática de um ato ilícito que causou danos", apontou.

O valor de R\$ 20,7 milhões ainda não é definitivo. Isso porque vai depender de uma instrução probatória e da exata demonstração do efetivo dano que foi causado ao patrimônio público.

"A ação se baseia na prática desse abuso de direito, até porque, no entender da AGU, houve livre consciência: as pessoas tinham a consciência de que aquelas iniciativas já continham uma ilicitude, porque elas pregavam a quebra do regime democrático, a supressão do Estado Democrático de Direito", acrescentou Ziliotto.

Inquéritos abertos pela PGR

Em outra frente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) abriu inquéritos que se debruçam sobre o papel de autoridades, financiadores, organizadores e executores nos atos golpistas de 8 de janeiro. Mais de 600 pessoas já foram denunciadas pela Procuradoria. Entre os investigados, estão o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL); o governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB); o ex-secretário da Segurança Pública do DF Anderson Torres; além de deputados bolsonaristas.

A lista

Na relação estão: Alves Transportes Ltda, Associação Direita Cornélio Procópio, Primavera Tur Transporte Eireli, Rv da Silva Serviços Florestais Ltda e Sindicato Rural de Castro

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/14/all.pdf>

Perdas e danos

Veja o prejuízo estimado nas sedes dos Poderes, que consta da ação da AGU

Palácio do Planalto	R\$ 7.978.773,07
STF	R\$ 5.923.000,00
Senado	R\$ 3.500.000,00
Câmara	R\$ 3.318.098,42
Total	R\$ 20.719.871,50

Revisão da meta de inflação é a bola da vez

Fernanda Strickland Raphael Pati*

Após acumular desgastes com a cruzada contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT) busca alternativas para reduzir os juros e estimular o crescimento da economia.

Nos bastidores de Brasília, comenta-se que o governo pode propor uma revisão das metas de **inflação** na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para quinta-feira. Oficialmente, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Palácio do Planalto não se manifestaram. Mas o consultor Thomas Traumann, ex-porta-voz da Presidência da República, informou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguiu chegar a um acordo com o Lula para adiar o debate sobre as metas de **inflação**.

Segundo o ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, durante o governo de Dilma Rousseff, Lula não deve apresentar uma proposta na reunião de quinta-feira. "Haddad convenceu Lula a adiar o debate sobre metas para depois do anúncio da nova âncora fiscal, em abril. Os papéis apresentados pelo ministro indicavam que mesmo uma mudança de meta para 2023 não implicariam um corte da Selic", destacou.

Hoje, Haddad deve se reunir com Lula no Palácio do Planalto, e a expectativa é que a questão seja novamente abordada. A discussão do assunto tem levado instabilidade ao mercado, com resultado contrário ao pretendido pelo governo. De acordo com o Boletim Focus, do BC, divulgado ontem, instituições financeiras e empresas de consultoria elevaram a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano para 5,79%, ante a uma projeção de 5,78% na semana anterior. Já a taxa básica de juros, a Selic, deve ficar em 12,75% no fim de 2023. Antes, a previsão era de 12,50%. Essa é a primeira projeção de alta da Selic para este ano.

O crescimento econômico também teve uma atualização, porém para baixo. Segundo o Focus, o mercado espera que o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresça 0,76% em 2023. Na semana anterior, a projeção era de 0,79%. A previsão para o **PIB** no ano que vem se manteve em 1,5%.

A ideia em debate no governo é aumentar a meta de **inflação** de 2023 dos atuais 3,25% para 3,5%. O economista-chefe da Gladius Research, Benito

Salomão, afirma que a medida seria maléfica para a economia do país, e que não haveria ganhos em termos de política monetária.

"A longo prazo, a política monetária não exerce efeito sobre o lado real da economia", afirmou. "A longo prazo, o **PIB** vai se comportar de acordo com outros condicionantes, como a produtividade dos fatores, aspectos fiscais e taxa de poupança. Mudar a meta de **inflação** vai significar simplesmente uma **inflação** maior no futuro, sem nenhum ganho em termos de produto", completou o economista.

O bonde passou

O economista da FGV/Ibre André Braz comenta que o ajuste da meta não seria bem visto se implementado de maneira intempestiva. "Começar o debate sobre a meta ideal de **inflação** para o Brasil é super bem-vindo, mas impor uma mudança agora, eu não sei. Eu acho que esse "bonde" já passou", avaliou.

De acordo com Braz, se a meta tivesse sido discutida antes da pandemia, o cenário poderia ser mais propício para o debate. "Agora, usar isso como um remendo só diminui a imagem da autoridade monetária, que é algo que tem que ser preservado para que não haja uma total desancoragem das expectativas", considerou.

Seguindo a mesma linha, o economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, afirma que a forma com que o governo pretende ajustar a meta de **inflação** não é positiva. De acordo com ele, o mercado tenderia a reagir mal, o que levaria para cima as expectativas de **inflação** e a curva de juros.

Na visão do economista Felipe Queiroz, analista da Austin Rating, a mudança da meta pode ser positiva. Segundo ele, o Brasil não vive uma **inflação** de demanda, e os preços estão aumentando em decorrência de movimentações turbulentas no cenário internacional, como a Guerra da Ucrânia, pandemia e crise do petróleo.

"Nós temos uma taxa de **inflação** de 5,8% e taxa de juros em 13,5%. Isso é muito discrepante no cenário internacional. O efeito prático disso é aumentar o custo de crédito de modo substancial, tem um estímulo excessivo à especulação e ao rentismo, desestimula atividade econômica, evita que o país se recupere e, acima de tudo, acentua o processo de desindustrialização do país", avaliou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/02/14/all.pdf>

Saiba mais



TAXA DE JUROS SELIC

Criada em 1999, a taxa básica de juros é utilizada pelo Banco Central para controlar o volume de dinheiro em circulação e cumprir a meta de inflação. Quando a Selic está elevada, como atualmente, os empréstimos e financiamentos ficam mais caros e o consumo da população tende a cair. Isso segura o crescimento dos preços.



META DE INFLAÇÃO

É definida anualmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O objetivo é dar previsibilidade ao mercado em relação às políticas do BC e do governo federal. Caso a meta não seja atingida, o presidente do BC deve enviar uma carta pública ao ministro da Fazenda explicando o motivo, como ocorreu em 2022.



CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)

Na nova composição, o CMN é formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, além do presidente do Banco Central, que, atualmente, são Fernando Haddad, Simone Tebet e Roberto Campos Neto, respectivamente.



COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA (COPOM)

É quem define a taxa Selic e os rumos da política monetária do país. É formado pelo presidente e pelos diretores do Banco Central. A cada trimestre, o Copom divulga o Relatório de Inflação.



POLÍTICA FISCAL VS. POLÍTICA MONETÁRIA

A política fiscal é controlada pelo governo federal e se refere às receitas e despesas do Estado, procurando manter o equilíbrio das contas públicas. A política monetária é definida pelo Banco Central, que tem como principal ferramenta a taxa Selic, cujo objetivo é o controle do valor da moeda nacional — no caso, o real.

Fonte: Banco Central



Isenção do IR vai aumentar



De acordo com Fernando Haddad, o governo deve anunciar ainda programa de renegociação de dívidas

Fernanda Strickland

Durante a reunião do diretório do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o texto que define o novo salário mínimo e a proposta que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda já estão na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo ele, provavelmente os anúncios devem ser feitos antes ou logo após o carnaval. Haddad declarou também que o "Programa Desenrola", de renegociação de dívidas, está perto de ser anunciado por Lula.

No caso do Imposto de Renda, atualmente, é isento quem tem um salário mensal menor do que R\$ 1.900. Durante a campanha eleitoral, Lula prometeu isentar renda até R\$ 5 mil. O plano em discussão, no entanto, avalia elevar esse patamar para dois salários mínimos (R\$ 2.600).

A questão do salário mínimo também vem sendo debatida desde as eleições. No segundo turno, Lula prometeu reajustar o salário mínimo acima da **inflação** para devolver o poder aquisitivo às famílias. "O povo sabe por que está passando, o povo sabe que está desempregado. Portanto, eu me sinto muito à vontade para repetir: não houve aumento do salário mínimo. Houve apenas uma reposição inflacionária. E não houve aumento da merenda escolar", disse.

Apesar de estar prevista no orçamento federal, a correção do salário mínimo para R\$ 1.320 pois foi postergada pelo presidente no final de janeiro. Assim, ficou valendo o montante de R\$ 1.302. Na ocasião, o

presidente assinou um despacho para que os ministérios apresentassem, em 45 dias, uma proposta de revisão do valor. "Estamos instituindo um grupo de trabalho que discutirá a política de valorização do salário mínimo, igualmente como aconteceu em 2005", observou.

No último domingo, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o reajuste acima de R\$ 1.302 pode ter validade a partir de maio, mês em que é comemorado o Dia do Trabalho. "Estamos discutindo a busca de espaço fiscal para mudar o valor do salário mínimo ainda este ano. Se houver espaço fiscal, nós haveremos de anunciar uma mudança para 1º de maio", declarou Marinho em entrevista à TV Brasil.

Responsabilidade fiscal

Outro ponto citado por Haddad na reunião, foi sobre a proposta que altera a faixa de isenção do Imposto de Renda. Em janeiro, Marinho disse que o governo vai observar a responsabilidade fiscal para implementar a promessa de elevar a faixa de isenção para R\$ 5 mil, e indicou que será um processo gradual.

Nas contas do Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) registra defasagem de 148,1%. "Nossa constituição defende o princípio da capacidade contributiva, que significa que quem ganha mais, deve pagar mais imposto. A falta de correção da tabela é uma maneira de aumentar a tributação para os mais pobres", afirma Tiago Barbosa, vice-presidente do Sindifisco.

De acordo com o sindicato, com base nos cálculos, caso a correção total da tabela fosse feita, estariam isentos de Imposto de Rendas as pessoas físicas que tivessem renda tributável mensal inferior a R\$ 4.683,95.

Programa Desenrola

O programa Desenrola, divulgado durante evento da Caixa na semana passada, prevê a renegociação das dívidas de quem tem renda mensal de até dois salários mínimos. No evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou que está se preparando para apresentar ao presidente Lula o projeto de combate ao superendividamento pós-pandemia. O ministro destacou que, de um total de 70 milhões de CPFs negativados atualmente, cerca de 50 milhões dizem respeito a pessoas com renda de até dois

salários mínimos, público alvo do programa.

Segundo Haddad, o programa pode alcançar até 100 milhões de brasileiros. "O ministro Rui Costa vai nos convocar a uma reunião com o presidente, para apresentar o Desenrola, que é um outro programa que vai ter um alcance enorme", disse o ministro. "Nós podemos ter 100 milhões de brasileiros porque um CPF negativado pode estar dialogando com uma família de quatro, cinco pessoas", explicou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/14/all.pdf>

Economista diz ser erro achar que inflação alta gera crescimento maior

MARIANNA GUALTER

Por trás da possibilidade de elevar a meta de inflação, há a intenção de não dar mais importância à inflação baixa, afirmou Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional e sócio-fundador da Oriz Partners.

Para ele, na medida em que a meta for calibrada para um nível mais alto isso irá mostrar que a inflação mais baixa não é um objetivo importante para o governo, atrelada à ideia equivocada de que mais carestia gera mais crescimento.

Kawall argumentou que a convergência da inflação à meta em 2023 e 2024 está atrapalhada pelo aumento do gasto público, mas que atingir ou não o alvo nos dois anos seguintes não tem a ver com a circunstância fiscal atual. "O descolamento das expectativas de inflação em 2025 e 2026 começou a ocorrer nas últimas semanas, não em novembro ou dezembro, quando o governo anunciou a PEC de Transição", disse.

Para o economista, se a política monetária for mantida apertada por tempo o suficiente para compensar o aumento de gasto público previsto neste e no próximo ano, há condições de se chegar à meta de inflação em 2025 e 2026. "Se fizermos uma inflação ligeiramente acima ou abaixo da meta, dentro do intervalo estipulado pelo Conselho Monetário Nacional, não há o que falar de descumprimento", afirmou.

RISCO FISCAL.

Kawall disse que a ideia equivocada de que não será possível convergir a inflação neste horizonte mais longo ao risco fiscal está sendo usada como argumento para aumentar a meta de inflação. A discussão que é usada, afirmou ele, para uma possível elevação da meta é o que está promovendo o deslocamento de expectativas no período.

"Todo mundo está começando a ver a inflação mais elevada pelas sinalizações de mudança de meta e de que o substituto do Roberto Campos Neto possa não ter o mesmo compromisso com a inflação mais baixa e com a ancoragem de expectativas", avalia o economista, que associa o receio a eventos vistos durante o governo Dilma Rousseff (PT).

"No governo Dilma, na prática, tínhamos um Banco Central que mirava um juro calibrado para uma inflação de 5,0% e 6,0%, e não de 4,5%, o que levou a inflação a ficar sistematicamente acima da meta. Houve um momento em que ela foi para 11,0%, em um momento em que a inflação global era praticamente zero. O Brasil ficou completamente fora dos padrões globais pela falta de autonomia do BC, uma meta de inflação muito alta e um descompromisso com a própria meta, mesmo sendo mais alta." Kawall avaliou que, com uma elevação da meta, o Brasil iria na contramão dos principais países emergentes, "que praticam meta de 3,0% há muito tempo". "Demoramos muito para conquistar a meta de inflação em nível internacional, dos emergentes, e demoramos para conseguir a autonomia do BC, que está se mostrando muito importante."

"Demoramos muito para conquistar a meta de inflação dos emergentes, e demoramos para conseguir a autonomia do BC" Carlos Kawall Ex-secretário do Tesouro Nacional

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad endossa Lula e diz que juros no Brasil estão "fora de propósito"

VERA ROSA BRASÍLIA | COLABORARAM JORGE BARBOSA e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, endossou ontem as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à política monetária do Banco Central (BC) e disse que os juros no Brasil são "fora de propósito". Na primeira reunião após a eleição de Lula, o Diretório Nacional do PT ampliou a ofensiva contra o presidente do BC, Roberto Campos Neto, para pressionar a instituição a reduzir a taxa básica (Selic) de 13,75% ao ano. Em uma exposição de cerca de 40 minutos, Haddad disse que em nenhum outro país esse nível é tão alto.

No mercado, os ataques aumentaram o receio de intervencionismo na administração da política monetária. Pela atual legislação, o BC tem autonomia para definir as taxas de juros.

Na semana passada, como antecipou o Estadão, ministros alertaram Lula que esse confronto só tem contribuído para aumentar o chamado prêmio de risco pedido por quem compra os papéis do Tesouro e financia o governo, impactando a curva de juros (quando o mercado precifica uma alta de juros para os contratos futuros) e pressionando o câmbio. O dólar mais alto, por sua vez, realimenta a **inflação** e pode retardar justamente a queda de juros. Ontem, por exemplo, o Boletim Focus indicou nova alta nas estimativas do mercado para a **inflação** no ano - de 5,78% para 5,79%.

Também ganhou corpo o debate sobre rever as metas para a **inflação** - consideradas baixas demais pelo governo, enquanto parte do mercado vê artificialismo numa eventual mudança.

Na quinta-feira, Haddad participará da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), ao lado de Campos Neto e da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

O Planalto e o PT querem que o CMN trate da mudança da meta, hoje em 3,25%. Lula já propôs que fique em 4,5% para poder ampliar os gastos públicos.

"TAXA ERRADA".

O discurso de Haddad ganhou respaldo do economista

André Lara Resende, que participou da equipe de transição na área econômica, segundo o qual a manutenção da Selic em 13,75% ao ano é um erro. "A economia brasileira precisa ser desaquecida neste nível? Com a taxa de juros real mais cara do mundo hoje? Claramente não", afirmou Resende, em entrevista ao programa Canal Livre, da Band.

Também crítico ao BC, um grupo de economistas "desenvolvimentistas" assinou um manifesto.

O grupo conta com nomes como Luiz Carlos Bresser-Pereira, Monica de Bolle, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo e Antonio Corrêa de Lacerda.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>